



PROJETO
Escola Viva

**Garantindo o acesso e permanência
de todos os alunos na escola**

**Alunos com necessidades
educacionais especiais**

**Oficinas Pedagógicas:
um espaço para o desenvolvimento
de competências e habilidades na
educação profissional**



**Garantindo o acesso e permanência
de todos os alunos na escola**

**Alunos com necessidades
educacionais especiais**

**Oficinas Pedagógicas: Um espaço para o
desenvolvimento de competências e
habilidades na educação profissional**

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro de Estado da Educação
Paulo Renato Souza

Secretário Executivo
Luciano Oliva Patrício

Secretária de Educação Especial
Marilene Ribeiro dos Santos

FICHA TÉCNICA

Coordenação: **SORRI-BRASIL**

Elaboração: **Maria Salete Fábio Aranha**

Projeto gráfico e copydesk: **Alexandre Ferreira**

Agradecimentos: **Equipe Técnica da Secretaria de Educação Especial**

Tiragem: 10.000 exemplares

Autorizada reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, C327 2000, Série 2
196p.: il.

Iniciando nossa Conversa

1. Identificando e atendendo as necessidades educacionais especiais dos alunos com altas habilidades/superdotação
2. Reconhecendo os alunos que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem, relacionadas a condutas típicas
3. Oficinas Pedagógicas: Um espaço para o desenvolvimento de competências e habilidades na educação profissional

Resumindo nossa Conversa

CDD: 372.6

CDU: 342.71

Índice

Apresentação.....	7
Histórico da Institucionalização ao Trabalho Inclusivo.....	8
O Direito da Pessoa com Deficiência ao Trabalho: Amparo Legal..	11
A Educação Profissional e o Mundo Produtivo	16
Oficinas Pedagógicas: Um Espaço de Educação Profissional para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais Significativas..	21
Aspectos Metodológicos.....	23
Conclusão.....	39

Apresentação

Prezado Professor:

Vimos, desta vez, até você, tratar de um tópico de extrema importância, ou seja, da **Educação Profissional da pessoa com necessidades educacionais especiais, no âmbito das Oficinas Pedagógicas.**

Vamos focalizar, especialmente, a questão do trabalho, já que esta é uma atividade essencial para a construção da identidade social e pessoal de todo indivíduo.

Constata-se que o homem buscou sempre, através do trabalho, satisfazer suas necessidades primárias e, à medida que foi atuando e modificando a realidade, foi também desenvolvendo novas funções mentais, de nível superior às que detinha anteriormente, e criando novas necessidades, mais sofisticadas. **Estas, por sua vez, refazem este ciclo e processo**, promovendo constantemente a transformação da realidade e a transformação do próprio homem.

Assim, temos que o trabalho tem papel de fundamental importância na promoção da satisfação e realização pessoal, além de ser elemento fundamental na construção da identidade de cada um de nós.

Em suma, **o trabalho, enquanto atividade humana, faz de cada pessoa, cidadãos, enquanto que a alienação nos torna objetos, coisas, passivos receptáculos de imposições aparentemente naturais.**

Histórico da Institucionalização ao Trabalho Inclusivo

Antes do século XX, o trabalho nunca foi uma questão relacionada com as pessoas portadoras de deficiência, até meados deste século, o único destino dessas pessoas era o da **institucionalização total**, sob argumentações diversas, que iam desde a “necessidade de proteger a sociedade do ‘risco’ representado por essas pessoas”, até a “idéia ‘caridosa’ de prestar assistência e conforto espiritual aos desvalidos sociais”.

No final dos anos 50, começou a proliferar a idéia da importância de se **ocupar o tempo das pessoas institucionalizadas**, como **instrumento de cura**. Assim, a idéia de trabalho, para as pessoas com deficiência, nasceu com **objetivos terapêuticos**, ou seja, a de ocupar o físico e a mente daqueles que são desviados da norma.

A idéia do trabalho como instrumento clínico, sucedeu-se a **preocupação pedagógica**. A escassez de trabalhadores ativos, no período pós-guerra, abriu espaço para a descoberta das mulheres, como trabalhadoras, e das pessoas com deficiência, já que grande parte da população masculina que ia para a guerra, voltava com algum tipo de deficiência. Assim, passou-se a considerar a possibilidade de se aproveitar essa parcela da população para atender às necessidades do mercado.

Entretanto, essas pessoas não poderiam simplesmente começar a trabalhar. Muitas delas se traumatizaram, física e psicologicamente, tornando-se deficientes. Desta forma, iniciou-se a implementação de programas denominados de **Reabilitação Profissional**. Tais programas objetivaram ensinar **competências profissionais**, desde as mais primárias, como “como achar vagas de emprego”, até as mais complexas, como a capacitação em uma função ocupacional, o relacionamento no contexto do trabalho, etc.

Esse trabalho, à medida que foi produzindo bons resultados passou a influenciar o pensar social, incluindo, também, o pensar do sistema público de Educação.

Assim, passou-se a afirmar a necessidade do indivíduo aprender a trabalhar, de forma que pudesse desenvolver seu potencial, re-construir sua identidade pessoal e social, recuperar sua auto-estima, conseguir ingressar no mercado e contribuir com a sociedade, em igualdade de condições com os demais trabalhadores.

Em função dessas idéias, começaram a surgir, na década de 50, as chamadas “**oficinas pedagógicas pré-profissionalizantes ou profissionalizantes**”, fundamentadas na idéia de que a pessoa portadora de deficiência **precisava** desenvolver **hábitos de trabalho, antes** de adquirir uma habilitação, ou capacitação específica.

À medida que o trabalho foi se desenvolvendo, começou-se a identificar que algumas pessoas com deficiência não conseguiam alcançar os objetivos estabelecidos para as referidas oficinas. Lembrando que no paradigma então vigente **um problema de aprendizagem não era considerado problema do ensino**, e portanto, não era responsabilidade do professor, **mas sim**, era **um problema do aluno**, buscou-se criar uma outra alternativa que desse conta de acomodar a aqueles que eram julgados não ter “potencial” a ser desenvolvido, ou eram julgados apresentar um “limite muito aquém do exigido pelo mercado de trabalho”. Foi assim que surgiram as hoje denominadas **oficinas abrigadas ou protegidas**

Ao analisarmos, então, a questão da profissionalização, do trabalho e do emprego para pessoas portadoras de deficiência, em nossa realidade, fica evidente o número reduzido de instituições brasileiras que têm, como objetivo específico, a capacitação profissional e a colocação no mercado de trabalho.

A maioria dessas instituições é de pequeno porte e desenvolve, basicamente, atividades artesanais. Tais serviços, na realidade, buscam ocupar as pessoas com deficiência.

Em número muito menor há instituições que apresentam como finalidade mais clara e objetiva, o trabalho e o emprego da pessoa com deficiência. A maioria marca suas ações pedagógicas pela busca da construção da eficiência, por parte desse alunado, na execução de trabalhos pré-profissionalizantes e profissionalizantes. Outras, poucas, **buscam preparar o indivíduo, primeiro, para depois encaminhá-lo para uma colocação no mercado competitivo.**

Outras, em número ainda insipiente, estão iniciando mudanças, com vistas a favorecer a construção de um contexto de trabalho inclusivo. Têm se afastado do padrão de buscar o desenvolvimento global e total do indivíduo **antes** de seu ingresso no mercado de trabalho, na direção de uma nova prática, **de intervir e transformar o próprio mundo do trabalho de forma que este se ajuste e se organize para oferecer os suportes que favoreçam a participação e a possibilidade de produção da pessoa com deficiência.**

Pelo exposto, fica claro o desafio que se nos apresenta, neste momento: o de **ampliar os recursos sociais de preparação para o trabalho** (que, em nossa realidade, são ainda insuficientes) e **implementá-los no contexto da Educação, fundamentados na filosofia da inclusão**, o que exige de nós, a transformação de idéias e de práticas, na busca da construção de um mundo do trabalho inclusivo.

O Direito da Pessoa com Deficiência ao Trabalho: Amparo Legal

A **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**, em seus Artigos 60. e 70., assegurou o **direito ao portador de deficiências ao trabalho, para melhoria de sua condição social e proíbe qualquer discriminação no tocante a salários e critérios de admissão do trabalhador.**

Recomenda, ainda, a Constituição Federal, **que o Estado crie programas de prevenção e de atendimento especializado aos portadores de deficiência física, sensorial ou mental, e que se promova a integração social do adolescente, mediante capacitação para o trabalho**, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, como a diminuição de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

A **Lei no. 7.853/ 89, de 04 de outubro de 1989**, estabeleceu normas gerais que asseguram o apoio governamental à formação profissional, à orientação e à garantia de acesso aos cursos voltados à formação profissional. Assegura, também o empenho do poder público em **promover o surgimento e a manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas portadoras de deficiência, quando estas não tiverem acesso aos empregos comuns.**

A **Instrução Normativa nº 5, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social**, dispôs sobre a fiscalização do trabalho das pessoas portadoras de deficiência, definindo que tarefas realizadas sob a orientação de organizações não governamentais, com fins terapêuticos ou de desenvolvimento da capacidade laborativa, não caracteriza relação de emprego.

O **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no. 8.069/90 de 13 de setembro de 1990)**, que dispõe sobre a proteção integral à criança até os 12 anos e ao adolescente até os 18 anos, **assegurou,**

ao portador de necessidades especiais, o trabalho protegido, e preconizou que o programa social tenha por base o trabalho educativo, sob a responsabilidade de entidade governamental, ou não governamental. Estas, por sua vez, devem assegurar ao adolescente que dele participe, condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

A **Lei no. 8.859/94, de 23 de março de 1994**, estendeu, aos alunos da educação especial, o **direito à participação em atividades de estágio**, em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação dos estagiários, devendo o aluno estar em condições de realizar o estágio.

A **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, estabeleceu como uma das diretrizes para os conteúdos curriculares da educação básica, a **orientação para o trabalho**. No Capítulo III, tratou especificamente da Educação Profissional, integrando-a no sistema de educação nacional. No Capítulo V, tratou da Educação Especial, recomendando, preferencialmente, a inserção do aluno portador de necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, prevendo serviços de apoio, e a educação especial para o trabalho.

No que se refere à abrangência, a **LDB** estabeleceu que a **educação envolve os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e de pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, nas manifestações culturais, devendo a Educação Escolar estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social**.

Em seu artigo 2º, enfatizou ainda, que **a finalidade da Educação é o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho**.

O Decreto no. 2.208, de 17 de abril de 1997, regulamentou o § 2º. do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (L.D.B.), ratificando o contido na Lei de Diretrizes e Bases.

O Art. 3º., desse mesmo Decreto, definiu a educação profissional como um processo que compreende três níveis: Básico, Técnico e Tecnológico.

A educação profissional de nível básico foi definida como uma modalidade de educação não formal, com curso de duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador, conhecimentos que lhe permitam re-profissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular, sendo que, ao término, deverá ser-lhe concedido certificado de qualificação profissional.

A educação profissional de nível técnico, por sua vez, foi definida como “destinada a formar profissionais especializados em certas tecnologias e processos, que tenham um componente gerencial e necessidade de mais sofisticação, como saber interpretar desenhos técnicos, ler instrumentos e outras atividades mais elaboradas. O técnico precisa de uma Educação geral consistente, para apoiar a formação profissional. Por isso, o aluno deve estar cursando, ou já ter concluído, o ensino médio. Trata-se de Educação formal, com padrões curriculares e carga horária mínima definidos, de validade nacional, gerando diploma e direitos profissionais.” (Berger Filho e Valle, p. 7).

Já o terceiro nível da Educação Profissional se refere ao tecnológico, que “embora não seja necessariamente de caráter

universitário, é de nível superior e também confere diploma. A diferença com relação ao curso universitário tradicional é que este forma alunos, visando a produção do conhecimento, por meio de um ensino voltado para a pesquisa, **enquanto que** o nível tecnológico é voltado para a produção de bens e de serviços.”

No **artigo 39**, o **Decreto no. 2.208** enfatizou que a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação para o trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao **permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva**.

A **Lei no. 10.097**, de 19.12.2000, por sua vez, em seu **Art. 428**, definiu que “Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.” No **Art. 430, II**, determinou que “na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber:”

“II – entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.”

“§ 1o As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.”

Na publicação do decreto no. 3.298, de 20 de dezembro de 1999,

ficou estabelecido que a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular, ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada tanto em escolas regulares, em instituições especializadas, ou nos próprios ambientes de trabalho.

Como se pode constatar, na exposição dos instrumentos legais acima apresentados, **a lei brasileira assegurou, ao aluno que apresenta necessidades educacionais especiais, a educação para o trabalho, num contexto educacional inclusivo, visando sua efetiva integração na vida em sociedade.** Aliado a isso, estipulou as condições para o atendimento dos que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

A Educação Profissional e o Mundo Produtivo

Segundo relatório da UNESCO para a Educação do século XXI (2002), “A Educação Profissional no Brasil está mudando. O país alertou-se para o fato de que sua população economicamente ativa não pode permanecer com tão baixos níveis de escolaridade e de formação profissional.”

Nesse contexto, a educação profissional precisa proporcionar às pessoas um nível mínimo de **competências** que lhes possibilitem:

1. Capacidade de adaptação a um aprendizado ágil e contínuo
2. Flexibilidade nas unidades de aprendizagem
3. Domínio das novas tecnologias, incorporadas ao mundo do trabalho e ao conhecimento humano
4. Acesso a processos revolucionários, como novos sistemas produtivos, qualidade total, e novas formas de gestão.

Competência, nesse caso, é considerada um conjunto de ações que envolvem o domínio dos quatro pilares que fundamentam a educação, quais sejam:

1. **Aprender a Conhecer** – desenvolvimento de competência para construir conhecimento, exercitar pensamentos, atenção e percepção para contextualizar informações e para saber se comunicar;
2. **Aprender a Fazer** – por em prática os conhecimentos significativos em trabalhos futuros, enfatizando a educação profissional, descobrindo o valor construtivo do trabalho, sua importância, e transformando o progresso do conhecimento em novos empreendimentos e em novos empregos;

3. **Aprender a Ser** – a educação deve preparar o aluno de forma integral: física, intelectual e moral – para que ele saiba agir em diferentes situações e condições, por si mesmo.
4. **Aprender a Conviver** – é saber conviver com os outros, respeitando as diferenças, vivendo junto para desenvolver projetos solidários e cooperativos, em busca de objetivos comuns, por meio da solidariedade e da compreensão.

Assim, **competência**, é a possibilidade de articular, de **mobilizar** os recursos cognitivos, **as estruturas mentais** (pensamento, atenção, comunicação, informação, etc.) **para enfrentar ou resolver situações ou problemas**, ou seja, **saber o que fazer, porque fazer, para que fazer, quando fazer e como fazer**.

A operacionalização dessas estruturas mentais se objetiva em **habilidades**, as quais são classificadas em três tipos:

- **Habilidades Básicas** – aquelas essenciais para as pessoas decodificarem textos, símbolos, expressar suas idéias, saber comunicar-se verbalmente e por escrito;
- **Habilidades Específicas** – aquelas relacionadas aos conhecimentos técnicos e cujas competências são demandadas por profissões, por atividades do mundo do trabalho;
- **Habilidades de Gestão** – relativas ao aprender a trabalhar em equipe, tomar decisões em conjunto, superar conflitos, planejar em grupo, enfim, habilidades vinculadas à organização do trabalho. (UNESCO, 2002, p. 1-2).

“O princípio da Educação Profissional é o da **empregabilidade**, pois não adianta formar pessoas para um mercado que não existe” (Berger Filho). Assim, faz-se necessário conhecer profundamente as **características e o perfil do mundo ocupacional, como parâmetros norteadores do planejamento da Educação Profissional**.

Ora, sabe-se que o mundo ocupacional, nos dias de hoje, vem exigindo dos trabalhadores, níveis educacionais cada vez mais altos, para que dêem conta de **competências** cada vez mais refinadas, exigidas pela complexidade que caracteriza a vida em sociedade.

O que são competências, e no que elas diferem das habilidades a serem adquiridas no processo de Educação Profissional, em qualquer um dos três níveis que a caracterizam?

“Entendemos por **competências**, os **esquemas mentais**, ou seja, as **ações e operações mentais de caráter cognitivo, sócio-afetivo ou psicomotor**, que mobilizadas e associadas a saberes teóricos ou experienciais geram habilidades, ou seja, um saber fazer...” delas nos **utilizamos para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer**”. As competências são **estruturadas em rede**, e quando mobilizadas, **permitem a incorporação de novos conhecimentos e sua integração significada**, possibilitando a **reativação de esquemas mentais e saberes em novas situações**, de forma sempre diferenciada.” (Berger Filho, p. 5)

Já as **habilidades** se referem ao plano imediato do **saber fazer**, sendo decorrentes das competências já adquiridas. **Dialeticamente, o uso das ações e operações mentais** (competências existentes) **possibilita o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a articulação de habilidades** (saber fazer), determinando uma **conseqüente re-organização das competências inicialmente**

existentes, e novas possibilidades de aprendizagem. (Berger Filho, p. 5).

O quadro abaixo exemplifica, em um programa de ensino, a discriminação de competências e de habilidades.

Curso: Oficina de Vassouras

Atividade: Pesquisa de Mercado e Confeção de Vassouras

Produto: Vassoura

ETAPA	COMPETÊNCIA	HABILIDADE BÁSICA	HABILIDADE ESPECÍFICA	HABILIDADE DE GESTÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Importância do produto a ser confeccionado e sua utilização • Reconhecimento dos instrumentos que compõem o produto • Reconhecimento dos passos necessários para sua confecção • Aquisição dos materiais para confecção, dando ênfase à qualidade do produto • Execução prática de cada passo para a confecção da vassoura, da iniciação até o acabamento • Comercialização do produto 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de identificar o produto e sua utilização • Capacidade de memorização e de associação • Capacidade de locomoção, de comunicação • Capacidade de abstração, necessária para a confecção de vassouras 	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação motora fina e global • Funções intelectuais (atenção, concentração, memória, raciocínio, associação, etc.) • Matemática básica • Conhecimento do sistema monetário • Interação • Mobilidade • Noções de quantidade • Comunicação escrita 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer os passos para a confecção de vassouras, não somente de piaçava, mas também de outros materiais. • Implementar formas diferenciadas para confecção de vassouras, como: escovões e escovinhas 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação do produto para venda • Poder de compra e venda • Comercialização

Um currículo de Educação Profissional, portanto, não pode ser fechado e rígido, sob pena de ser inoperante no que se refere ao preparo do aluno para atuação no mundo ocupacional. Assim, há que se **definir as competências e as habilidades que o aluno deve conquistar numa área determinada, ao invés de definir currículos ou disciplinas.**

A flexibilidade curricular, nesse contexto, faz-se essencial para que a Educação Profissional dê conta de formar trabalhadores com competências e habilidades que lhe permitam atuar, com sucesso, no mundo ocupacional. (Berger Filho e Valle, p. 8).

Há também que se considerar, na avaliação profissional, os fatores de empregabilidade, o perfil do mercado de trabalho local, suas demandas e exigências.

Oficinas Pedagógicas: Um Espaço de Educação Profissional para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais Significativas

À medida que os valores e idéias sociais foram se modificando, passou-se a considerar que a pessoa com deficiência tinha o direito de ser “normalizada”, ou seja, de viver onde a maioria da população vive, de estudar onde a maioria estuda e de trabalhar onde a maioria trabalha. Para que se “normalizasse”, entretanto, tinha-se como necessário que esta fosse avaliada e recebesse serviços nas áreas em que deles necessitasse, para poder funcionar como a maioria das pessoas funcionam. Estas idéias originaram o que se denominou **Paradigma de Serviços**. **As Oficinas Pedagógicas que assumiram este paradigma passaram, então, a prestar tais serviços, com o intuito de modificar o sujeito, de forma que quando “normalizado” pudesse ser integrado à sociedade, em geral, e ao mercado de trabalho, em particular.** Desta forma, **a pessoa com deficiência era mantida em ambiente segregado, para ser re-colocada no espaço comum da sociedade somente quando fosse considerada “pronta”.** Ora, sabe-se que pessoas que apresentam alguns tipos de características (paralisados cerebrais, deficientes mentais com comprometimento severo do funcionamento intelectual, da comunicação, e de repertório comportamental adaptativo) dificilmente alcançarão um padrão semelhante ao apresentado pela maioria da população. Assim, a estes, que apresentavam um comprometimento funcional mais significativo, o objetivo da normalização se tornava, na realidade, um obstáculo praticamente intransponível para sua integração na sociedade.

O questionamento crítico deste paradigma originou novas idéias, que re-direcionaram o foco do olhar social **da** pessoa com deficiência, **para** o contexto no qual esta se encontra inserida.

Assim, proliferou a idéia de que, **independentemente do tipo de deficiência que a pessoa apresenta, bem como do grau de seu comprometimento, esta tem o direito imediato de viver e de trabalhar no espaço comum da vida em sociedade.**

Para que isto seja viável, entretanto, o contexto social precisa se modificar, e promover as adaptações que se mostrarem necessárias para responder ao conjunto de necessidades especiais apresentadas por essas pessoas.

A esta nova forma de pensar, denominou-se **Paradigma de Suportes.**

As Oficinas Pedagógicas, então, neste novo contexto de idéias e de práticas, confrontam-se com a necessidade de promover os ajustes que as insiram no espírito de um novo paradigma, filosófica e legalmente fundamentado neste país.

Aspectos Metodológicos

Objetivos da Oficina Pedagógica

Embora a questão do trabalho permeie todas as etapas da escolaridade e níveis de ensino, **a Oficina Pedagógica é a instância responsável pela 1a. etapa – Iniciação para o Trabalho**, historicamente realizada nas escolas especiais governamentais, ou nas organizações não governamentais.

Cabe a ela o ensino de competências e habilidades básicas, essenciais para o funcionamento do aluno em **todas as instâncias da vida em comunidade**, e especificamente, **na instância do mundo ocupacional**.

Assim, **ao invés de se investir no ensino de uma atividade profissional específica, esta deverá ser uma atividade-meio para o ensino das competências e habilidades básicas**.

A quem se destinam

Embora a questão do trabalho permeie todas as etapas da escolaridade e níveis de ensino, a Oficina Pedagógica é a instância responsável pela 1a. etapa – Iniciação para o Trabalho, **historicamente realizada nas escolas especiais governamentais, ou nas organizações não governamentais**.

Cabe a ela o ensino de competências e habilidades básicas, essenciais para o funcionamento do aluno em **todas as instâncias da vida em comunidade**, e especificamente, **na instância do mundo ocupacional**.

Assim, **ao invés de se investir no ensino de uma atividade**

profissional específica, esta deverá ser uma atividade-meio para o ensino das competências e habilidades básicas.

Método de Ação

São várias as considerações que devem ser feitas no que se refere ao método de ação das Oficinas Pedagógicas.

1. Atendimento individualizado

Há que se garantir **atenção individualizada, a cada aluno**. É essencial que se conheçam as possibilidades e as necessidades educacionais especiais de cada um dos alunos, os interesses profissionais. É também essencial que se conheçam as peculiaridades e características do mundo ocupacional existente e disponível na região.

A partir de tais dados, torna-se possível fazer uma avaliação cuidadosa de ambos (demandas e ofertas do mundo ocupacional e peculiaridades do aluno em seu contexto amplo de existência), o que permitirá o delineamento de um Plano de Ensino efetivo e significativo.

Sem uma avaliação criteriosa, cuidadosa e contínua, um currículo individualizado voltado para a Educação Profissional não será adequadamente desenvolvido. Assim, o **Plano Individualizado de Aprendizagem torna-se um instrumento crítico de planejamento para uma efetiva educação profissional.**

2. Elaboração de Plano Individualizado de Aprendizagem

O Plano Individualizado de Aprendizagem, deve ser elaborado para cada aluno, a partir de um conjunto de análises:

1. ecológica
2. funcional profissional

Entende-se por **avaliação ecológica**, “um tipo mais amplo de análise, voltada para a busca de uma maior compreensão sobre o indivíduo, em todas as ecologias e ambientes de sua vida...A análise ecológica, assim, envolve:

1. A identificação da necessidade potencial de habilidades, por parte do aluno
2. A identificação do uso que o indivíduo faz de suas habilidades nos contextos de sua vida real, e a identificação de seus interesses e objetivos, bem como das pessoas que lhe são significativas,
3. A identificação de suas necessidades de suporte e dos sistemas de suporte disponíveis.” (Maxwell & Collet-Klingenberg, 1988, pp. 157).

A **avaliação ecológica**, portanto, essencial para a elaboração do Plano Individualizado de Ensino, procura produzir o conhecimento mais amplo possível sobre cada aluno, sua história, seu contexto de existência, suas características, os determinantes que atuam sobre ele, suas necessidades e desejos, necessidades de suporte, bem como os sistemas de suporte disponíveis na comunidade em que vive.

Já a **avaliação funcional profissional** “é mais específica, focalizando as necessidades, habilidades, e interesses do indivíduo, à luz do contexto dos futuros ambientes de trabalho.. Este tipo de avaliação ajuda a determinar quer habilidades e competências o indivíduo apresenta, como estes são usados no trabalho e em ambientes relacionados ao trabalho, bem como que tipo e níveis de suportes são necessários e encontram-se disponíveis” (Maxwell & Collet-Klingenberg, 1988, pp. 157).

Assim, ainda segundo o mesmo autor (p. 7 e 8), faz-se essencial que a avaliação considere os seguintes aspectos:

- A interação entre o professor e os conteúdos de aprendizagem: ou seja, **as práticas educativas, em sala de aula**: este item supõe, fundamentalmente, a avaliação da **qualidade da docência** e a **natureza da proposta curricular**; em outras palavras, a **programação da aula**: o equilíbrio entre as diferentes capacidades e os diferentes tipos de conteúdo, a seqüenciação dos conteúdos, o método de ensino e os critérios de avaliação utilizados.
- A interação do professor com o aluno e com os demais alunos, em relação aos conteúdos de aprendizagem. Isto inclui prestar atenção à **natureza da participação que se exige do alunado**, bem como aos **apoios que o professor lhes presta**, e à **relação pessoal / afetiva que se estabelece entre o aluno com necessidades educacionais especiais e seu grupo de colegas**.
- A **interação do aluno com seus companheiros**, seja individualmente, com alguns deles, seja com o grupo todo. Isto inclui conhecer o **tipo** e a **qualidade da relação**, tanto no campo mais lúdico e afetivo, como em relação com a aprendizagem. Em outras palavras, é **identificar se existe ou não uma cultura de trabalho compartilhado**.
- **Os contextos de desenvolvimento: a escola e a família**. No que se refere à escola, interessa tanto a **dimensão institucional**, como a **sala**, instância mais próxima da aula, enquanto cenário em que se dão as interações do aluno com os professores, os companheiros e os conteúdos da aprendizagem.

Em síntese

O processo de identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos tem que contemplar tanto o próprio indivíduo, com seu aparato biológico de base e sua história pessoal de relação com o meio, como os diversos contextos de desenvolvimento do aluno, sobretudo no que se refere à relação que se estabelece entre eles.

Assim, tanto o indivíduo, como a família e a escola se constituem em focos de análise, na busca da identificação dos meios a serem utilizados para facilitar e favorecer o funcionamento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A Análise da Prática Docente em Sala de Aula

Outro elemento essencial de análise é o **processo de ensino**, propriamente dito, **que tem como protagonista, o professor**.

Como é que o professor se relaciona com os **conteúdos** que lhe cabe socializar? Que **domínio do conhecimento** ele tem?

Como é que o professor se relaciona com os **alunos**? Qual é o **nível de conhecimento** que ele tem sobre as **peculiaridades e o processo do aprender** de cada um deles?

Como é que o professor avalia a **relação dos alunos com os conteúdos** que ele está ensinando?

Como avalia a **relação do aluno com ele próprio, professor, e com seus companheiros**?

Como é que o professor se **utiliza dessas informações**? Ele as **incorpora** para promover ajustes no seu plano de ensino? Ele as

ignora? Ou ainda, ele não dispõe do hábito de efetivar tais estudos e análises?

Todas estas **informações**, aliadas às referentes à instituição escolar e às peculiaridades dos alunos são **essenciais** para a elaboração de uma **análise compreensiva da relação de ensino e aprendizagem, para a identificação das necessidades educacionais especiais presentes no alunado, e para a implementação dos ajustes pedagógicos e das adaptações curriculares que permitirão melhores condições de sucesso para a aprendizagem dos alunos.**

Para que essa análise, entretanto, possa ser efetivada no cotidiano da sala de aula, há que se:

1. Definir os indicadores que devem ser investigados (como é que o professor facilita a aprendizagem dos alunos). Sugere-se que se identifique:

- Se o planejamento da unidade didática é adequado
- Se o professor consegue levar a término as atividades que iniciou
- Como o professor explica os conteúdos
- Que método de ensino adota
- Se o professor desenvolve atividades para comprovar a compreensão dos conteúdos, através da explicação destes pelo próprio aluno
- Se, em conseqüência da atividade acima, o professor adota medidas de ajuste em sua prática de ensino
- De que natureza são os ajustes que o professor proporciona ao aluno
- que tipo de participação o professor pede ao aluno durante a aula

- Se o professor utiliza ou não estratégias de aprendizagem
- Quais as atividades de avaliação o professor utiliza, e como usa a informação obtida junto com os alunos
- Como é a relação afetiva do professor com os alunos

2. Definir o método a ser utilizado para obter a informação mais relevante

- A **observação direta** e a **análise qualitativa dos dados** parecem ser os instrumentos mais valiosos para obter as informações pretendidas. Sugere-se, inclusive, que sejam desenvolvidos protocolos de observação, que podem ser compartilhados por mais de um professor, e sempre complementados para atender peculiaridades de alunos específicos.

3. Definir de que forma se deve dar a **cooperação entre o professor da sala de aula, e o professor de apoio.**

A cooperação entre o professor da sala de aula e o professor de apoio deve ser planejada em duas direções:

- Na elaboração dos protocolos de observação, que devem obedecer os critérios de objetividade e de fidedignidade
- Na realização da observação direta, propriamente dita.

Implementação de Apoios na Construção de uma Educação Profissional Inclusiva

Como em qualquer outra modalidade de ensino, a Educação Profissional, se pretender atender a todos, numa escola de qualidade, deverá se ajustar, em seus procedimentos, para ensinar **individualizadamente.**

Para tanto, cada aluno precisa ser profundamente conhecido, pelo professor, em seus interesses, competências, habilidades, nível de aprendizagem já alcançado, conhecimentos já apreendidos, conhecimentos em utilização funcional, conteúdos que opera com autonomia, conteúdos que opera com ajuda de terceiros, conteúdos que não opera sequer com ajuda, limitações diversas, suportes e apoios necessários para seu funcionamento, etc..

O ensino somente poderá ser eficaz, caso ele responda às características peculiares de aprendizagem de cada aluno.

Assim, faz-se essencial:

- **Avaliar cada aluno, em particular,**
- **Identificar suas características funcionais no processo de ensino e de aprendizagem,**
- Identificar suas necessidades específicas, identificando as necessidades especiais que apresenta,
- **Identificar os suportes de que o aluno vai necessitar para poder funcionar em seu nível ótimo possível,**
- **Planejar a implementação desses suportes ao longo do tempo, implementando os suportes necessários, e,**
- Avaliar os efeitos de suas ações no processo de aprendizagem, de desenvolvimento e de aumento das possibilidades de inserção do aluno no mundo social, em geral, e no mundo produtivo, em especial.

Parcerias com empresas e outras organizações ligadas ao mundo produtivo são importantes para favorecer ao aluno a experiência refletida e consciente sobre o que é a atividade humana, o papel e função social do trabalho, o papel e função do trabalho na constituição da subjetividade e da identidade do ser humano, a participação ativa e consciente na gestão do trabalho, enquanto

atividade pessoal, e enquanto pilar fundamental de uma sociedade, já que é no âmbito político-econômico que se constroem as relações de trabalho e as relações que permeiam a vida na sociedade.

Objetivos de aprendizagem na Oficina Pedagógica

A partir da avaliação e da elaboração do Plano Individualizado de Aprendizagem, cada aluno terá um documento norteador para seu processo de aprendizagem, contendo as habilidades e as competências gerais e específicas a serem alcançadas, de forma a atender suas necessidades e desejos, levando em consideração sua realidade de existência e o conjunto de suas necessidades especiais.

Cabe à escola buscar, junto às Escolas Federais, ao Sistema S, às Organizações não Governamentais, às Secretarias de Trabalho e Emprego, informações sobre o mundo ocupacional local, no que se refere à: demanda ocupacional, nível de exigência de qualificação profissional, dentre outras informações que deverão nortear todo o trabalho de ensino na Oficina Pedagógica.

Assim, ao final do programa vivenciado na Oficina Pedagógica, o aluno deverá, nas diferentes áreas em que se dá sua existência real e concreta, ser capaz de utilizar suas habilidades e competências, gerais e específicas, para a realização das tarefas a ele apresentadas, em qualquer situação do mundo ocupacional.

A seguir, apresentar-se-á uma relação ampla de competências e habilidades a serem trabalhadas no âmbito da Oficina Pedagógica. Dentre estas, serão selecionadas aquelas que constituirão o Plano Individualizado de Aprendizagem, para cada aluno, na forma de objetivos de aprendizagem.

1. Área Econômica

Estrutura Econômica

- **Autonomia** – tem condições econômicas para viver às custas de seu próprio trabalho, ou renda pessoal.
- **Estabilidade** – sua renda mensal é garantida, não estando sujeita a alterações inesperadas.
- **Perspectiva** – caracterização da possibilidade econômica do aluno, a longo prazo. Por ex. ele tem autonomia e estabilidade que lhe garantam auto-suficiência, ou provisão de recursos após o falecimento de seus pais, ou dos responsáveis por ele?

2. Área Física

Perfil

- **Tolerância** – qual seu limiar de tolerância quanto ao tempo de permanência em uma determinada posição, quanto à carga a suportar, etc..?
- **Postura** – posiciona-se corretamente? Necessita feedback quanto à postura?

Necessidade de Adaptação

- **Ambiente** – necessita de mudanças nas características do ambiente, para acessar, utilizar e usufruir o espaço desejado?
- **Maquinário** – necessita que os equipamentos e materiais de um ambiente sejam adaptados para que o aluno deles possa se utilizar?
- **Objetos** – necessita de modificações nos objetos (colher, garfo, etc..) para que deles possa se utilizar?

MODELO DE PLANILHA ¹
REGISTRO DE RESULTADOS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO
COMPREENSIVA

Aluno:

Série:

Unidade Escolar:

ÁREA	ITEM	SUB-ITEM	DES- CRI- ÇÃO	NECES- SIDADES ESPE- CIAIS	SUPOR- TES NECES- SÁRIOS
Econômica	Estrutura Econômica	1. Autonomia			
		2. Estabilidade			
		3. Perspectiva			
Física	Perfil	1. Tolerância			
		2. Postura			
	Necessidade de adaptação	1. Ambiente			
		2. De maquinários			
		3. De objetos			
	Psicomotor	1. Coordenação			
		2. Coordenação bi-manual			
	Capacidade funcional	1. Destreza			
		2. Força muscular			
		3. Coordenação óculo-manual (visomotora)			
Psicológica	Psico-motor	1. Esquema corporal			
		2. Lateralidade			
		3. Direcionalidade			
		4. Orientação espacial			
		5. Orientação temporal			
	Cognitivo	1. Atenção			
		2. Percepção visual (cor, forma, tamanho, quantidade, natureza do objeto, semelhança de objetos)			
		3. Percepção auditiva			
		4. Discriminação tátil			
		5. Discriminação olfativa			
		6. Discriminação do paladar			
		7. Memória visual			

¹ Esta Planilha é uma adaptação do modelo desenvolvido, na Sorri-Bauru, por Aranha, M.S.F. e Figueiredo, L.C., com a colaboração da equipe de técnicos e instrutores da entidade (1999).

		8. Memória auditiva			
		9. Raciocínio concreto			
		10. Raciocínio abstrato			
		11. Pensamento lógico			
		12. Resolução de problemas			
	Afetivo – emocional	1. Identidade pessoal e representação social de deficiência			
		2. Passividade X Assertividade X Agressividade			
		3. Segurança X Insegurança			
Social	Civil, trabalhista e previdenciário	1. Vínculos e documentação			
	Familiar	1. Composição e organização familiar			
		2. sistema de interações e relações familiares			
	Comportamentos sociais adaptativos	1. Higiene pessoal: • Conhecimento • Res. social de HP • Familiaridade • Utilização funcional rotineira			
		2. Aparência pessoal: • Conceituação • Representação social de cuidado pessoal • Familiaridade • Cuidado pessoal rotineiro			
		3. Alimentação: • Conhecimento • Familiaridade • Hábitos alimentares			
		4. Dependência / independência de hábitos			
	Trânsito	1. Sinalização: • Conhecimento • Familiaridade • Utilização funcional rotineira			
		2. Regras: • Conhecimento • Familiaridade • Utilização funcional rotineira			

	Transporte	1. Meios: • Conhecimento • Familiaridade • Utilização funcional rotineira			
	Comuni- cação	1. Meios: • Conhecimento • Familiaridade • Utilização funcional rotineira			
		2. Ocorrência de vícios e suas implicações			
	Habitacional	1. Condições de vida familiar (habitacionais, infra-estrutura)			
	Integração Comunitária	1. Organização estrutural do bairro e localização nele			
		2. Acesso e utilização dos recursos comunitários (saúde, educação, lazer, serviço. público, infra-estrutura, habitação)			
	Relações Sociais	1. Extra-familiares; amigos, colegas, vizinhos, conhecidos (padrão de interações quanto ao conteúdo e qualidade)			
		2. Com colegas de trabalho			
		3. com chefe / instrutor			
Profissional	Objetivos	1. Pessoais 2. Profissionais			
	Interesse	1. Área 2. Profissões 3. Funções Ocupacionais			
	Direitos / deveres trabalhistas	1. Conhecimento 2. Exercício			
	Direitos / deveres previdenciários	1. Conhecimento 2. Exercício			
	Condições e ambientes de trabalho	1. Espaço físico			
		2. Material			
		3. Instrumentos			
4. Produtos					
Hábitos e atitudes para o trabalho	1. Assiduidade 2. Pontualidade 3. Cooperação 4. Organização do material				

		<ul style="list-style-type: none"> 5. Cuidado com o material 6. Aproveitamento do material 7. Limpeza do material / setor 8. Disciplina 9. Responsabilidade 10. Silêncio no trabalho 11. Seriedade no trabalho 12. Aceitação da crítica 13. Aceitação de supervisão 			
	Desempenho	<ul style="list-style-type: none"> 1. Qualidade 2. Produtividade 			
	Busca de emprego	<ul style="list-style-type: none"> 1. Identificação de fontes de trabalho 2. Comportamentos de busca de emprego 3. Preparo de documentação 4. Participação no processo de recrutamento / seleção 			
Educativa	Linguagem oral	<ul style="list-style-type: none"> 1. Vocabulário (conteúdo + quantidade) 2. Estrutura gramatical 3. Pronúncia 			
	Linguagem escrita	<ul style="list-style-type: none"> 1. Vocabulário (conteúdo + quantidade) 2. Estrutura gramatical 3. Pronúncia 			
	Matemática	<ul style="list-style-type: none"> 1. Seqüenciação numérica 2. Raciocínio numérico para operações matemáticas 3. Operações 4. Sistema métrico 5. Discriminação da organização temporal 6. Reconhecimento e utilização de dinheiro 			

EXEMPLO DE UTILIZAÇÃO DA PLANILHA

Aluno: xxxx

Série: xxxx

Unidade Escolar: xxxx

ÁREA	ITEM	SUB-ITEM	DESCRIÇÃO	NECESSIDADES ESPECIAIS	SUPORTES NECESSÁRIOS
Social	Transporte	1. Meios: <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento • Familiaridade • Utilização funcional rotineira 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhece os seguintes meios de transporte: carro, ônibus, trem, avião. • Tem familiaridade com: ônibus • Não tem autonomia funcional para utilização de nenhum meio de transporte 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessita suporte físico para utilização de qualquer meio de transporte. • Ensino sobre meios de transporte, através de estratégias pedagógicas baseadas no concreto • Treinamento supervisionado para uso de meios de transportes 	<ul style="list-style-type: none"> • Veículos adaptados • Pessoa que dê apoio total para identificação do meio de transporte a ser utilizado, para acesso e acomodação no veículo • Instrutor especializado • Programa de treinamento

MODELO DE PLANILHA PLANO DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS SUPORTES IDENTIFICADOS COMO NECESSÁRIOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO COMPREENSIVA

Aluno:

Série:

Unidade Escolar:

SUPORTE	NATUREZA PERMANENTE / TEMPORÁRIO	QUEM VAI MINISTRÁ-LO	COMO VAI MINISTRÁ-LO	QUANDO VAI MINISTRÁ-LO

Pode-se constatar que a **primeira planilha** tem por objetivo favorecer ao professor a **descrição das características do aluno**, no que se refere a um vasto conjunto de competências e habilidades, bem como a **identificação de suas possíveis necessidades especiais** e dos **suportes** necessários para viabilizar sua atuação.

Já a **segunda planilha** permite ao professor **descrever os suportes** que deverão ser implementados, bem como **planejar o processo de disponibilização dos suportes** de que o aluno necessita.

CONCLUSÃO

Entende-se que a promoção do resgate e da utilização máxima do potencial de cada pessoa, a Oficina Pedagógica estará cumprindo com seu papel, quando atender ao processo de desenvolvimento do aluno com necessidades especiais, cumprir com seus objetivos de promover o ensino de habilidades básicas, promover o ajuste do contexto social em que o aluno vive e finalmente, contribuir com o desenvolvimento de seu exercício de cidadania.

Afasta-se do “adestramento” puro e simples de habilidades, e cumpre-se com o papel da educação e da escola, que é, em última instância, formar pessoas e cidadãos ativos, conscientes, livres e responsáveis, no máximo das possibilidades de cada um, em todas as etapas da escolaridade e modalidades de ensino.

Da mesma forma, entende-se que a educação profissional não deve ser um processo que tem um início num determinado momento da história escolar, mas sim, que deve iniciar-se na educação básica, perpassando todos os níveis e etapas da escolaridade.

Considerando a importância do trabalho para o aluno com necessidades educacionais especiais (como para todos os demais), entende-se que cada componente curricular deve voltar-se, transversalmente, para as questões relacionadas com o trabalho, enquanto atividade de humanização, enquanto ação de cidadania, enquanto formador de identidade pessoal e social, enquanto elemento de contribuição e de participação social, enquanto promotor de autonomia, no máximo das possibilidades de cada um.

Assim, as Oficinas Pedagógicas devem ser o espaço educacional que dariam continuidade a esse processo permanente, destacando-se pela especificidade de objetivos, voltados para a formação do aluno

para atuação no mundo produtivo, ou seja, para a capacitação do aluno para o desenvolvimento de atividade econômica, na qual possa fazer uso de suas qualificações ou aptidões profissionais, à luz de perspectivas de emprego / trabalho.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

- Franco, M.L.P.B. (1989). Possibilidades e Limites do Trabalho enquanto Princípio Educativo. **Caderno de Pesquisa**, no. 68. São Paulo: PUC-SP, pp. 29-37.
- Hanley-Maxwell, C. & Collet-Klingenberg (1997). Curricular Choices Related to Work. Em Wehman, P. & Kregel, J. (Eds.) **Functional Curriculum for Elementary, Middle, and Secondary Age Students with Special Needs**. Texas: Pro-Ed.
- International Labour Office (1984). **The ILO and the world of work**. Suíça: Genebra.
- Kuenzer, A. (1988). **O trabalho como princípio educativo**. São Paulo: Editora Cortez.
- M.E.C. (2002). **Programa de Educação Profissional. Plano de Ação para 2002**. Brasília: SEESP/SEMTEC.
- Tomasini, M. E. A. (1993). **Trabalho e deficiência mental: uma questão a ser repensada**. IX Encontro dos profissionais que atuam na área da Educação para o trabalho. Florianópolis (SC): F.C.E.E.

